

TRATADO DE DIREITO ADMINISTRATIVO

MARIA SYLVIA ZANELLA DI PIETRO

COORDENAÇÃO

4

FUNÇÕES ADMINISTRATIVAS DO ESTADO

ALINE LÍCIA KLEIN

FLORIANO DE AZEVEDO MARQUES NETO

3ª EDIÇÃO

Revista, atualizada e ampliada

Visual Law

THOMSON REUTERS®

THOMSON REUTERS

REVISTA DOS
TRIBUNAIS™

1912 • 2022

110
anos

Diretora de Conteúdo e Operações Editoriais

JULIANA MAYUMI ONO

Gerente de Conteúdo

MILISA CRISTINE ROMERA

Editorial Aline Marchesi da Silva, Camilla Sampaio, Emanuel Silva, Karolina de Albuquerque Araújo Martino e Quenia Becker

Gerente de Conteúdo Tax Vanessa Miranda de M. Pereira

Direitos Autorais Viviane M. C. Carmezim

Assistente de Conteúdo Editorial Juliana Menezes Drumond

Analista de Conteúdo Editorial Junior Barbara Baraldi

Estagiários Ana Carolina Francisco, Francisco Prado e Marco Antonio Fonseca

Produção Editorial

Gerente de Conteúdo

ANDRÉIA R. SCHNEIDER NUNES CARVALHAES

Especialistas Editoriais Gabriele Lais Sant'Anna dos Santos e Maria Angelica Leite

Analista de Projetos Thyara Pina da Silva

Analistas de Operações Editoriais Caroline Vieira, Damares Regina Felício, Danielle Castro de Moraes, Mariana Plastino Andrade, Mayara Macioni Pinto e Patricia Meinho Navarra

Analistas de Qualidade Editorial Ana Paula Cavaicanti, Fernanda Lessa, Gabriela Cavalcante Lino e Victória Menezes Pereira

Estagiárias Beatriz Hammond, Bianca Satie Abduch, Caroline Dubovicki e Gabrielly N. C. Saraiva

Capa Chrisley Figueiredo

Adaptação capa Ariel Villalba e Cinthia Riveros

Líder de Inovações de Conteúdo para Print

CAMILLA FUREGATO DA SILVA

Visual Law Caroline Dubovicki, Danielle Castro de Moraes e Deborah Prata

Equipe de Conteúdo Digital

Coordenação

MARCELLO ANTONIO MASTROROSA PEDRO

Analistas Gabriel George Martins, Jonatan Souza, Maria Cristina Lopes Araujo e Rodrigo Araujo

Gerente de Operações e Produção Gráfica

MAURICIO ALVES MONTE

Analistas de Produção Gráfica Aline Ferrarezi Regis e Jessica Maria Ferreira Bueno

Assistente de Produção Gráfica Ana Paula de Araújo Evangelista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Di Pietro, Maria Sylvia Zanella
Funções administrativas do Estado / Aline Lúcia Klein, Floriano de Azevedo Marques Neto. -- 3. ed. rev., atual. e ampl. -- São Paulo : Thomson Reuters Brasil, 2022.
-- (Tratado de direito administrativo, v. 4 / coordenação Maria Sylvia Zanella Di Pietro)

Bibliografia.
ISBN 978-65-5991-084-7

1. Administração pública 2. Direito administrativo 3. Direito administrativo - Brasil 4. O Estado I. Marques Neto, Floriano de Azevedo. II. Di Pietro, Maria Sylvia Zanella. III. Título. IV. Série.

22-110594

CDU-35(81)

Índices para catálogo sistemático: I. Brasil : Direito administrativo 35(81)

Cibele Maria Dias - Bibliotecária - CRB-8/9427



SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
SOBRE A COORDENADORA	11
SOBRE OS AUTORES	13
SOBRE OS COLABORADORES	15
ESTRUTURA DA COLEÇÃO	17
NOTA À 3. ^a EDIÇÃO	19

PARTE I

SERVIÇO PÚBLICO E SUAS DIFERENTES ACEPÇÕES

INTRODUÇÃO	37
CAPÍTULO 1 – EVOLUÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO – FLORIANO DE AZEVEDO MARQUES NETO	39
1. Serviço público e direito administrativo.....	39
2. Serviço público no direito francês: as escolas do serviço público.....	42
3. Serviço público na <i>common law</i> : as <i>public utilities</i>	48
4. Evolução da noção de serviço público no direito europeu	51
5. Origens e evolução da noção de serviço público no direito brasileiro.....	54
6. Mudanças da configuração do Estado e seu impacto para a noção de serviço público: as crises da noção de serviço público	60
7. Bibliografia	64
CAPÍTULO 2 – DELIMITAÇÃO DO CONCEITO DE SERVIÇO PÚBLICO – FLORIANO DE AZEVEDO MARQUES NETO	73
1. Concepções de serviço público.....	73
2. Serviço público e função pública	73
3. Serviço público e serviço social.....	74
4. Serviço público e bem público	75
5. Serviço público x Serviço de interesse econômico geral.....	76
6. Bibliografia	78

CAPÍTULO 3 – SERVIÇO PÚBLICO NAS CONSTITUIÇÕES BRASILEIRAS – FLORIANO DE AZEVEDO MARQUES NETO	87
1. Serviço público nas Constituições brasileiras.....	87
1.1 Competências federativas na prestação dos serviços públicos	90
1.2 A mudança de enfoque: de exclusividade estatal para direito do cidadão...	92
1.2.1 Titularidade estatal <i>versus</i> exclusividade estatal	92
1.2.2 Concorrência e monopólio.....	94
1.2.3 Serviço público e atividade econômica: uma dicotomia ainda útil?	95
1.2.4 Dever do Estado <i>versus</i> prerrogativa do Estado	97
1.3 Principais normas constitucionais relativas aos serviços públicos.....	99
1.3.1 Art. 21	99
1.3.2 Art. 173	99
1.3.3 Art. 175	100
2. Bibliografia	100
CAPÍTULO 4 – CARACTERÍSTICAS DO SERVIÇO PÚBLICO – FLORIANO DE AZEVEDO MARQUES NETO	109
1. Características do serviço público	109
1.1 Titularidade estatal – <i>Publicatio</i>	110
1.2 Regime jurídico do serviço público	111
1.2.1 O regime público	111
1.2.2 Universalização, continuidade e isonomia	113
1.2.3 Descontinuidade da prestação.....	117
1.2.4 Regulação dos serviços públicos.....	117
1.3 Remuneração dos serviços públicos e política tarifária.....	119
1.4 Prestação e concorrência.....	124
1.4.1 Serviços públicos em monopólio.....	124
1.4.2 Serviços públicos em concorrência	125
1.5 Consumidor usuário	125
2. Bibliografia	127
CAPÍTULO 5 – FORMAS DE PRESTAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO – FLORIANO DE AZEVEDO MARQUES NETO	135
1. Formas de prestação do serviço público	135
1.1 Desconcentração	135
1.2 Descentralização	135
1.3 Concessão	137
1.3.1 Concessão comum.....	141
1.3.2 Parcerias Público-Privadas – PPP	142
1.4 Permissão	145

1.5	Autorização	146
1.6	Consórcio público	151
1.7	Contratos de gestão	153
1.8	Termos de parceria com OSCIP	155
1.9	Formas <i>sui generis</i>	157
2.	Bibliografia	159

CAPÍTULO 6 – MARCOS REGULATÓRIOS DO SERVIÇO PÚBLICO – FLORIANO DE AZEVEDO MARQUES NETO

1.	Marcos regulatórios do serviço público	167
1.1	Institucionalis	167
1.1.1	Lei 8.987/1995	167
1.1.2	Lei 9.074/1995	170
1.1.3	Lei 11.079/2004	171
1.2	Marcos legais setoriais	174
1.2.1	Saneamento	175
1.2.2	Telecomunicações	183
1.2.3	Transporte (terrestre, aéreo, aquático)	186
1.2.4	Portos	190
1.2.5	Energia	193
1.2.6	Distribuição de gás	194
1.2.7	Serviço postal	198
2.	Bibliografia	200

PARTE II PODER DE POLÍCIA

CAPÍTULO 1 – CONCEITO DE PODER DE POLÍCIA – ALINE LÍCIA KLEIN

1.	O conceito de poder de polícia	211
1.1	A construção histórica do conceito de poder de polícia	211
1.1.1	A origem da atividade de polícia	211
1.1.2	Poder de polícia no período absolutista	212
1.1.3	Poder de polícia no Estado de Direito	213
1.2	O monopólio estatal da violência legítima	214
1.2.1	O monopólio da violência como fundamento do Estado Moderno ...	215
1.2.2	A instrumentalidade do emprego da violência legítima	215
1.2.3	A decisão acerca da utilização da violência legítima	216
1.2.4	O monopólio da violência e as atividades de polícia administrativa ...	216
1.3	A atividade de polícia no Estado Democrático de Direito: a limitação das competências e do emprego da coerção pela lei	217
1.3.1	A criação e limitação das competências de polícia administrativa pelo ordenamento jurídico	217

1.3.2	Poder de polícia e autoridade estatal.....	218
1.3.3	O exercício democrático do poder de polícia	220
1.4	Conceituação de poder de polícia na atualidade	220
1.4.1	Conceito operacional de poder de polícia	221
1.4.2	Definição da extensão dos direitos pela lei	221
1.4.3	Sentido amplo e sentido restrito do poder de polícia	222
1.4.4	Polícia administrativa e polícia judiciária	223
1.4.5	Polícia geral e polícias especiais	223
1.4.6	O conceito de Administração ordenadora	224
2.	Bibliografia	225
CAPÍTULO 2 – A FINALIDADE DO PODER DE POLÍCIA – ALINE LÍCIA KLEIN ...		227
1.	A finalidade do poder de polícia	227
1.1	A definição de ordem pública.....	227
1.2	A evolução do conceito de ordem pública	228
1.3	O poder de polícia e a realização dos direitos fundamentais	231
1.4	A sociedade de risco	232
2.	Bibliografia	233
CAPÍTULO 3 – O FUNDAMENTO DO PODER DE POLÍCIA – ALINE LÍCIA KLEIN		235
1.	O fundamento do poder de polícia	235
1.1	A supremacia estatal	235
1.2	A diferenciação entre supremacia geral e especial e os limites de aplicação dos conceitos	236
1.3	Os direitos fundamentais como fundamento do poder de polícia.....	239
2.	Bibliografia	239
CAPÍTULO 4 – A TITULARIDADE DO PODER DE POLÍCIA – ALINE LÍCIA KLEIN		241
1.	A titularidade do poder de polícia.....	241
1.1	Discriminação de competências federativas	241
1.2	Delegação administrativa do poder de polícia	242
2.	Bibliografia	243
CAPÍTULO 5 – O CONTEÚDO DA ATIVIDADE DE POLÍCIA – ALINE LÍCIA KLEIN		245
1.	O conteúdo da atividade de polícia.....	245
1.1	Atos ampliativos de direitos dos particulares.....	245
1.1.1	Consentimento para o desenvolvimento de atividades privadas	245
1.1.1.1	As autorizações e as licenças	246
1.1.1.2	O atendimento de múltiplos interessados nos atos ampliativos.....	248

1.1.1.3	Extinção dos atos ampliativos	251
1.1.2	Atos que conferem certeza e segurança jurídica a atos privados	251
1.1.2.1	A certeza legal	251
1.1.2.2	Atividade notarial e de registro.....	252
1.1.2.2.1	A natureza jurídica da atividade	253
1.1.2.2.2	Alguns aspectos do regime jurídico	255
1.2	Condicionamentos de direitos dos particulares	256
1.2.1	Distinção dos sacrifícios de situações de mero interesse	257
1.2.2	Distinção dos sacrifícios de direitos	257
1.2.3	As manifestações dos condicionamentos de direitos	259
1.2.4	A execução dos condicionamentos de direitos.....	261
2.	Bibliografia.....	261
 CAPÍTULO 6 – AS DIVERSAS MANIFESTAÇÕES DA ATIVIDADE DE POLÍCIA ADMINISTRATIVA – ALINE LÍCIA KLEIN		
1.	As diversas manifestações da atividade de polícia administrativa.....	263
1.1	As relações entre as diversas fases do ciclo de polícia.....	263
1.2	Ordem de polícia	264
1.2.1	Poder normativo da Administração.....	265
1.2.2	As normas técnicas.....	267
1.2.2.1	A atividade de normatização	267
1.2.2.2	Os documentos normativos.....	268
1.2.2.3	A recepção das normas privadas pelo Estado	269
1.2.2.4	A produção de normas técnicas no Direito nacional	270
1.3	Consentimento de polícia.....	273
1.3.1	A avaliação da conformidade	275
1.3.2	A relevância da avaliação da conformidade para o exercício da função administrativa.....	276
1.4	Fiscalização de polícia	276
1.5	Sanção de polícia.....	278
1.5.1	Sanção e repressão	278
1.5.2	A sanção administrativa.....	279
1.5.3	A sanção administrativa e a atividade de polícia administrativa	280
1.5.3.1	A finalidade das medidas de polícia administrativa e a da sanção administrativa	281
1.5.3.2	Algumas repercussões da diferenciação.....	283
1.5.3.3	A inclusão da aplicação de sanção no ciclo das atividades de polícia administrativa.....	284
1.5.4	O regime jurídico da sanção administrativa	285
1.5.4.1	Princípio da legalidade	285

1.5.4.2	Princípio da tipicidade	286
1.5.4.3	Princípio da culpabilidade.....	287
1.5.4.4	Princípio da proporcionalidade	287
1.5.4.5	O devido processo sancionatório	288
2.	Bibliografia	289
CAPÍTULO 7 – A “CRISE” DA NOÇÃO DE PODER DE POLÍCIA – ALINE LÍCIA KLEIN		291
1.	A “crise” da noção de poder de polícia	291
1.1	A busca por uma noção autônoma e suficiente de poder de polícia	291
1.2	A preocupação com o manejo arbitrário do poder de polícia	292
1.3	A permanência da atividade de polícia como função administrativa diferenciada.....	292
2.	Bibliografia	294
CAPÍTULO 8 – PODER DE POLÍCIA E OUTRAS FUNÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – ALINE LÍCIA KLEIN.....		295
1.	Poder de polícia e outras funções da administração pública	295
1.1	Poder de polícia e serviço público	295
1.1.1	A distinção teórica dos conceitos: caráter restritivo e prestacional	295
1.1.2	A aproximação da atividade de polícia administrativa com o serviço público	296
1.2	Poder de polícia e regulação.....	299
1.3	Poder de polícia e fomento	300
2.	Bibliografia	301
CAPÍTULO 9 – LIMITES DO PODER DE POLÍCIA – ALINE LÍCIA KLEIN		303
1.	Limites do poder de polícia	303
1.1	O poder de polícia e o princípio da legalidade	303
1.1.1	A vinculação e a discricionariedade nas competências administrativas	304
1.1.2	A denominada “discricionariedade técnica”	306
1.1.3	A vinculação e a discricionariedade nas previsões legais de polícia administrativa.....	307
1.2	O poder de polícia e o princípio da proporcionalidade	309
2.	Bibliografia	312
CAPÍTULO 10 – A EXIGIBILIDADE E A AUTOEXECUTORIEDADE DOS ATOS DE POLÍCIA ADMINISTRATIVA – ALINE LÍCIA KLEIN		315
1.	A exigibilidade e a autoexecutoriedade dos atos de polícia administrativa	315
1.1	Medidas de polícia administrativa e coerção	315
1.2	A exigibilidade	316

1.3	A autoexecutoriedade	319
1.3.1	Hipóteses previstas em lei	319
1.3.2	Incidência de autoexecutoriedade sem previsão legal	320
1.3.3	Autoexecutoriedade, direitos fundamentais e princípio da proporcionalidade	321
2.	Bibliografia	323
CAPÍTULO 11 – O PODER DE POLÍCIA E OS PODERES PRIVADOS – ALINE LÍCIA KLEIN.....		325
1.	O poder de polícia e os poderes privados.....	325
1.1	O surgimento de novos centros de poderes	325
1.2	As manifestações de poderes no âmbito da autonomia privada.....	326
1.3	O poder jurídico como gênero	328
1.4	Exemplos de manifestações de exercício de poderes privados	329
1.4.1	Segurança privada.....	329
1.4.2	Associações privadas	330
1.4.3	Autorregulação	332
1.4.3.1	A autorregulação como manifestação da autonomia privada	332
1.4.3.2	Os elementos e o conteúdo da autorregulação	333
1.4.3.3	Os efeitos do descumprimento da autorregulação.....	334
1.4.3.4	A atribuição de efeitos públicos à autorregulação	334
1.4.3.5	As modalidades de autorregulação	336
2.	Bibliografia	337
CAPÍTULO 12 – A DELEGAÇÃO DO EXERCÍCIO DE PODER DE POLÍCIA A ENTIDADES PRIVADAS – ALINE LÍCIA KLEIN.....		339
1.	A delegação do exercício de poder de polícia a entidades privadas	339
1.1	A afirmação doutrinária da indelegabilidade da polícia administrativa	339
1.2	Alguns dos critérios propostos pela doutrina para a delimitação da matéria delegável	341
1.3	Os limites da delegação do exercício de poder de polícia a particulares: a delimitação da parcela da função estatal indelegável	342
1.3.1	Atividades essencialmente públicas.....	343
1.3.1.1	A definição de atividades essencialmente públicas.....	343
1.3.1.2	Os princípios da soberania e republicano	344
1.3.1.3	O monopólio estatal da violência.....	345
1.3.2	Limites para a delegação	345
1.3.2.1	Primeiro limite necessário: impossibilidade de delegação do uso da força.....	345
1.3.2.2	Segundo limite necessário: impossibilidade de delegação ampla de poder decisório	345

1.3.2.3	A necessidade de proteção adequada dos direitos e garantias fundamentais dos cidadãos	347
1.4	Requisitos para a delegação do exercício de poder de polícia.....	349
1.4.1	Prévia programação dos critérios e procedimentos a serem observados	349
1.4.2	Garantia de objetividade e impessoalidade na execução das atividades delegadas.....	351
1.4.3	Delegação do exercício dos poderes públicos necessários ao desempenho da atividade principal	353
1.4.4	A necessidade de autorização legal para a delegação do exercício de poder de polícia.....	354
1.5	O exercício de poder de polícia por empresas estatais.....	355
1.5.1	O monopólio estatal do uso da força e as entidades privadas da Administração indireta	355
1.5.2	O regime de pessoal das entidades regidas pelo direito privado e o exercício de atividades de polícia administrativa.....	356
1.5.3	A possível incompatibilidade entre a execução de atividades de polícia administrativa e a presença de recursos privados no capital da empresa estatal	359
1.6	A jurisprudência sobre o exercício privado de poder de polícia	361
1.6.1	O entendimento acerca dos conselhos profissionais	361
1.6.2	Trânsito veicular: o caso BHTrans	363
2.	Bibliografia	366

CAPÍTULO 13 – A POSSIBILIDADE DE CONTRATUALIZAÇÃO DO EXERCÍCIO DE PODER DE POLÍCIA – ALINE LÍCIA KLEIN

1.	A possibilidade de contratualização do exercício de poder de polícia	369
1.1	A consensualidade na atividade administrativa	369
1.2	A contratualização do exercício de uma competência administrativa em substituição ao ato unilateral	371
1.3	A compatibilidade entre a contratualização e o princípio da indisponibilidade do interesse público	371
1.4	A contratualização e o poder de polícia.....	373
1.5	O reforço da consensualidade pela LINDB	374
2.	Bibliografia	374

PARTE III FOMENTO

CAPÍTULO 1 – NOÇÕES GERAIS SOBRE O FOMENTO ESTATAL – FLORIANO DE AZEVEDO MARQUES NETO

1.	Noções gerais	379
1.1	O fomento como forma de intervenção estatal na ordem econômica.....	379

1.1.1	Intervenção estatal na ordem econômica	379
1.1.2	Alteração da atuação estatal na ordem econômica: de formas mais diretas de intervenção para formas mais indiretas de intervenção	380
1.2	O fomento estatal.....	382
1.2.1	Definição e principais características.....	386
1.2.1.1	Fomento estatal	387
1.2.1.2	Concessão de incentivo	388
1.2.1.3	Incentivo positivo ou negativo	389
1.2.1.4	Objeto do fomento: atividades econômicas	390
1.2.1.5	Relevância pública das atividades econômicas fomentadas....	391
1.2.1.6	A consensualidade na adesão ao fomento	393
1.2.1.7	Multiplicidade de instrumentos de viabilização.....	395
1.2.2	Fomento e poder de polícia.....	396
1.2.3	Fomento e regulação.....	397
1.2.4	Fomento e serviço público	398
2.	Bibliografia.....	399

CAPÍTULO 2 – ELEMENTOS DO FOMENTO – FLORIANO DE AZEVEDO MARQUES NETO

1.	Elementos do fomento	401
1.1	Objetos do fomento: setores ou atores	402
1.2	Agentes do fomento	404
1.3	Instrumentos.....	406
1.3.1	Transferências diretas de recursos públicos.....	408
1.3.2	Financiamento em condições favoráveis.....	412
1.3.3	Concessão de garantias creditórias	415
1.3.4	Desoneração tributária.....	416
1.3.5	Participação societária estatal	420
1.3.6	Privilégios nas contratações públicas.....	424
1.3.7	Disponibilização de bens e recursos públicos.....	427
1.3.8	Apoio institucional e capacitação.....	429
1.3.9	Simplificação de procedimentos administrativos e trâmites buro- cráticos	430
1.3.10	Uso de títulos e selos oficialmente atribuídos	430
1.4	Contrapartidas pelo fomento	431
2.	Bibliografia.....	434

CAPÍTULO 3 – COMPETÊNCIAS FEDERATIVAS – FLORIANO DE AZEVEDO MARQUES NETO

1.	Competências federativas.....	437
2.	Bibliografia.....	438

CAPÍTULO 4 – LIMITES AO FOMENTO – FLORIANO DE AZEVEDO MARQUES NETO	441
1. Limites ao fomento.....	441
1.1 Subsidiariedade e proporcionalidade.....	442
1.2 Isonomia e impessoalidade	445
1.3 Livre-concorrência (perspectivas nacional e internacional).....	449
2. Bibliografia	453
CAPÍTULO 5 – OPERACIONALIZAÇÃO DO FOMENTO – FLORIANO DE AZEVEDO MARQUES NETO.....	461
1. Operacionalização do fomento	461
1.1 Definição da atividade pública a ser fomentada, dos destinatários e dos agentes.....	462
1.2 Escolha dos instrumentos	463
1.3 Formalização do fomento.....	464
2. Bibliografia	466
PARTE IV	
REGULAÇÃO	
INTRODUÇÃO	477
CAPÍTULO 1 – A CONSTRUÇÃO DO MODELO REGULATÓRIO BRASILEIRO – FLORIANO DE AZEVEDO MARQUES NETO	479
1. A construção do modelo regulatório brasileiro	479
1.1 A regulação no Estado burocrático brasileiro (período de 1930-1940).....	480
1.2 O Estado empresário e o papel da regulação	481
1.3 Reforma do Estado para a regulação	483
1.3.1 A criação das agências reguladoras	486
1.3.2 Introdução do conceito de “regulação” na doutrina brasileira	488
1.4 O modelo regulatório brasileiro: a regulação como novo paradigma de intervenção estatal no domínio econômico	491
2. Bibliografia	492
CAPÍTULO 2 – A REGULAÇÃO COMO MECANISMO DE INTERVENÇÃO ESTATAL – FLORIANO DE AZEVEDO MARQUES NETO	503
1. A regulação como mecanismo de intervenção estatal	503
1.1 Modalidades de intervenção estatal e a regulação	505
1.1.1 As modalidades de intervenção estatal	505
1.1.2 Regulação e poder de polícia	506
1.2 A regulação como função estatal: o dever de regular	508
1.3 A autorregulação	508
1.4 O fomento como técnica regulatória	510
2. Bibliografia	511

CAPÍTULO 3 – MECANISMOS REGULATÓRIOS – FLORIANO DE AZEVEDO MARQUES NETO	521
1. Mecanismos regulatórios.....	521
1.1 Instrumentos regulatórios baseados na autoridade.....	522
1.1.1 A regulação normativa.....	523
1.1.2 A regulação fiscalizatória.....	527
1.1.3 A regulação sancionadora	530
1.1.4 A regulação adjudicatória.....	532
1.2 Instrumentos regulatórios baseados no consenso	533
1.2.1 Função regulatória de recomendação das agências reguladoras	533
1.2.2 Função arbitral das agências reguladoras.....	534
1.2.3 Os acordos regulatórios	535
2. Bibliografia.....	537
CAPÍTULO 4 – A ESPECIALIZAÇÃO DA REGULAÇÃO EM SUBSISTEMAS – FLORIANO DE AZEVEDO MARQUES NETO	547
1. A especialização da regulação em subsistemas	547
1.1 A tendência de especialização da regulação em subsistemas.....	548
1.2 Implicações da regulação setorial.....	550
1.2.1 Particularização da dinâmica regulatória setorial.....	551
1.2.2 Criação de estruturas regulatórias específicas.....	551
1.2.3 Finalidades públicas setoriais	553
1.3 O papel da regulação no equilíbrio interno ao subsistema	553
1.4 Relação entre regulação setorial e as demais normas jurídicas	554
2. Bibliografia.....	557
CAPÍTULO 5 – LIMITES À ABRANGÊNCIA E À INTENSIDADE DA REGULAÇÃO – FLORIANO DE AZEVEDO MARQUES NETO	567
1. Limites à abrangência e à intensidade da regulação	567
1.1 A proporcionalidade e a necessária relação entre regulação e finalidades públicas	568
1.1.1 Pluralidade de finalidades públicas e discricionariedade na determinação dos fins.....	571
1.1.2 Regulação e políticas públicas	572
1.2 Compreensão das escolhas regulatórias	573
1.2.1 A análise de impacto regulatório	575
1.2.1.1 A análise de custo-benefício.....	579
1.2.1.2 A análise de custo-efetividade.....	580
1.2.1.3 A análise de multicritérios	580
1.2.2 Escolha dos instrumentos regulatórios	581

1.3	A atividade de planejamento na regulação	584
1.4	O papel da motivação na tomada de decisão regulatória	586
2.	Bibliografia	588

CAPÍTULO 6 – GOVERNANÇA PÚBLICA NA REGULAÇÃO – FLORIANO DE AZEVEDO MARQUES NETO

1.	Governança pública na regulação.....	599
1.1	Participação administrativa.....	600
1.1.1	Audiências e consultas públicas	603
1.1.2	Dinâmica de diálogo na participação administrativa e vício de motivação.....	606
1.2	Transparência administrativa	608
1.3	Coordenação entre os setores regulados.....	609
1.4	Controle da regulação	611
1.4.1	Controle interno	613
1.4.2	Controle externo	615
2.	Bibliografia	619

CAPÍTULO 7 – ESTRUTURAÇÃO E REGULAÇÃO SETORIAL – FLORIANO DE AZEVEDO MARQUES NETO

1.	Estruturação e regulação setorial	629
1.1	O modelo de “agências reguladoras”	629
1.2	Anatel e o setor de telecomunicações.....	631
1.3	Aneel e o setor de energia elétrica.....	633
1.4	ANP e o setor de petróleo e gás natural	636
1.5	ANTT, Antaq e o setor de transportes	638
1.6	ANA e o setor de recursos hídricos	640
1.7	Anvisa e o Sistema Nacional de Vigilância Sanitária	642
1.8	O setor de saneamento básico.....	643
2.	Bibliografia	645

OUTRAS OBRAS DOS AUTORES

655